

Seminário reuniu especialistas em São Paulo para debater cenário e evoluções nesse segmento

Em maio deste ano, diversas empresas nacionais começaram a buscar proteção securitária contra ameaças virtuais e invasão de hackers. O movimento só ocorreu após um ataque cibernético em massa, que atingiu 74 países.

A vulnerabilidade do Brasil encontra explicação nos números: levantamento feito pela consultoria Ernst & Young (EY) com clientes aponta que a maturidade da seguridade cibernética das companhias é, em média, de 2,31 - em escala em que 0 representa totalmente desprotegido e 5, patamar de segurança aceitável. Essa nota é considerada baixa, o que sujeita as empresas brasileiras a invasões em vários níveis.

Os números foram apresentados por Luiz Milagres, gerente sênior de Prática de Ameaças Cibernéticas na Ernst & Young, durante o seminário “**Riscos, Legislação e Seguros Cibernéticos**”, promovido pela Escola Nacional de Seguros, nesta quinta-feira, 17 de agosto, em sua Unidade em São Paulo (SP). O evento destacou pontos importantes para o setor, como gerenciamento de riscos, direitos e coberturas securitárias.

Durante a exposição do painel “Riscos Cibernéticos: o que acontece na atualidade – gerenciamento de riscos; segurança da informação e Cybercrime”, Milagres destacou que o seguro deve fazer parte de um conjunto amplo de ações para proteção das empresas – que inclui planejamento para gerenciamento dos riscos, instalação de antivírus, passando pela manutenção de um histórico dos incidentes, até a contratação de seguro. Em outras palavras, o seguro faz parte do gerenciamento de riscos, não é uma solução única.

Mercado evoluiu, mas ainda falta entendimento por parte das empresas

“É uma discussão abrangente e necessária”, frisou Walter Polido, professor da Escola Nacional de Seguros e coordenador do evento. “Estamos na segunda edição do seminário, a primeira foi em 2013, e buscamos nos atualizar. Vimos o mercado evoluir nesse período”, completou o professor.

Os participantes do encontro concordaram que a procura pelo seguro nessa área aumentou, mas ainda falta entendimento sobre sua importância entre as empresas nacionais. “De forma objetiva, temos visto algumas pequenas e grandes empresas buscando a proteção, a transferência de risco para as apólices de cyber. Mas ainda há as que não identificaram que o seguro atua como um dos componentes do gerenciamento de riscos”, analisou Flávio Sá, gerente de Linhas Financeiras da AIG Seguros.

Gerente responsável por Linhas Financeiras na Aon, Maurício Bandeira afirmou que, no Brasil, no médio e longo prazo, o produto para riscos cibernéticos será muito relevante: “Vejo muitas seguradoras trazendo novos produtos e querendo vender”.

Precificação é desafio para seguradoras

Um dos desafios levantados durante o debate diz respeito à precificação. “Na área cyber não é nada fácil. Ainda é uma descoberta, não apenas para o Brasil, mas também para o mercado europeu, que não é tão desenvolvido como o dos Estados Unidos”, colocou Sílvia Gadelha, head de Financial Lines da XL Catlin.

“Analisamos as empresas por meio de um questionário de risco que nos dá um mapa de vulnerabilidade. Mas não há um mapeamento da gestão de risco do cliente, não é nossa função. Empresa que não faz gestão de risco não pode fazer seguro”, explicou.

No Brasil, os produtos cobrem os riscos cibernéticos de danos causados à própria empresa segurada e danos de responsabilidade civil. “O prejuízo financeiro decorrente de um ataque pode ser transferido para uma apólice de seguros”, destacou Flávio Sá.

Foco jurídico: segurança de dados e responsabilidade civil

Advogada da Demarest Advogados, Márcia Cicarelli apresentou o painel “Aspectos Jurídicos do Direito Cibernético e sua Multiplicidade”, e ressaltou que as questões jurídicas vão tratar justamente desses dois pontos, segurança de dados e responsabilidade civil. Além de apresentar a legislação em alguns países, como EUA, Inglaterra, Brasil e também na União Europeia, ela levantou aspectos das leis.

“A legislação vai focar sempre na responsabilidade civil, porque cada pessoa física ou jurídica cuida do seu próprio patrimônio. O problema da legislação é ter marcos para garantir que os consumidores, que contratam essas empresas, sejam protegidos”, observou Cicarelli.

Para os especialistas, esse é mais um dado que mostra a importância do seguro cibernético. “É um mercado em evolução, que deve crescer nos próximos anos, com novas empresas, produtos e desafios”, finalizou Walter Polido.

Fonte: [Boletim Acontece nº 571](#), em 18.08.2017.